

INTRODUÇÃO À ECONOMIA PARA ATIVIDADES CULTURAIS E CRIATIVAS

MARCELO MILAN
GUSTAVO MÖLLER
DÉBORA WOBETO
(ORGS)

ITAÚ CULTURAL

Presidente

Alfredo Setubal

Diretor

Eduardo Saron

NÚCLEO OBSERVATÓRIO

Gerência

Jader Rosa

Coordenação

Luciana Modé

Produção

Ediana Borges
Rafael Gama Figueiredo

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

Gerência

Ana de Fátima Sousa

Coordenação de conteúdo

Carlos Costa

Direção de arte

Yoshiharu Ararkaki

Produção editorial

Luciana Araripe

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitor

Patrícia Pranke

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretora

Maria de Lurdes Furno da Silva

Vice-Diretor

André Moreira Cunha

NÚCLEO DE ESTUDOS EM ECONOMIA CRIATIVA E DA CULTURA

Coordenação

Marcelo Milan

Gerência

Gustavo Möller

Coordenação de Ensino e Pesquisa

Débora Wobeto

Projeto gráfico e editoração

Carolina Nobre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I61

Introdução à economia para atividades culturais e criativas /
Organizadores Marcelo Milan, Gustavo Möller, Débora Wobeto. –
Porto Alegre : UFRGS/FCE; Itaú Cultural, 2022.
recurso digital

Modo de acesso: internet

ISBN: 978-65-5973-096-4 (recurso eletrônico)

1. Indústria cultural. 2. Criatividade. 3. Economia. 4. História
econômica. I. Milan, Marcelo, organizador. II. Möller, Gustavo,
organizador. III. Wobeto, Débora, organizadora. IV. Universidade
Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas.
Núcleo de Estudos em Economia Criativa e da Cultura V. Itaú
Cultural. Núcleo Observatório. VI. Título.

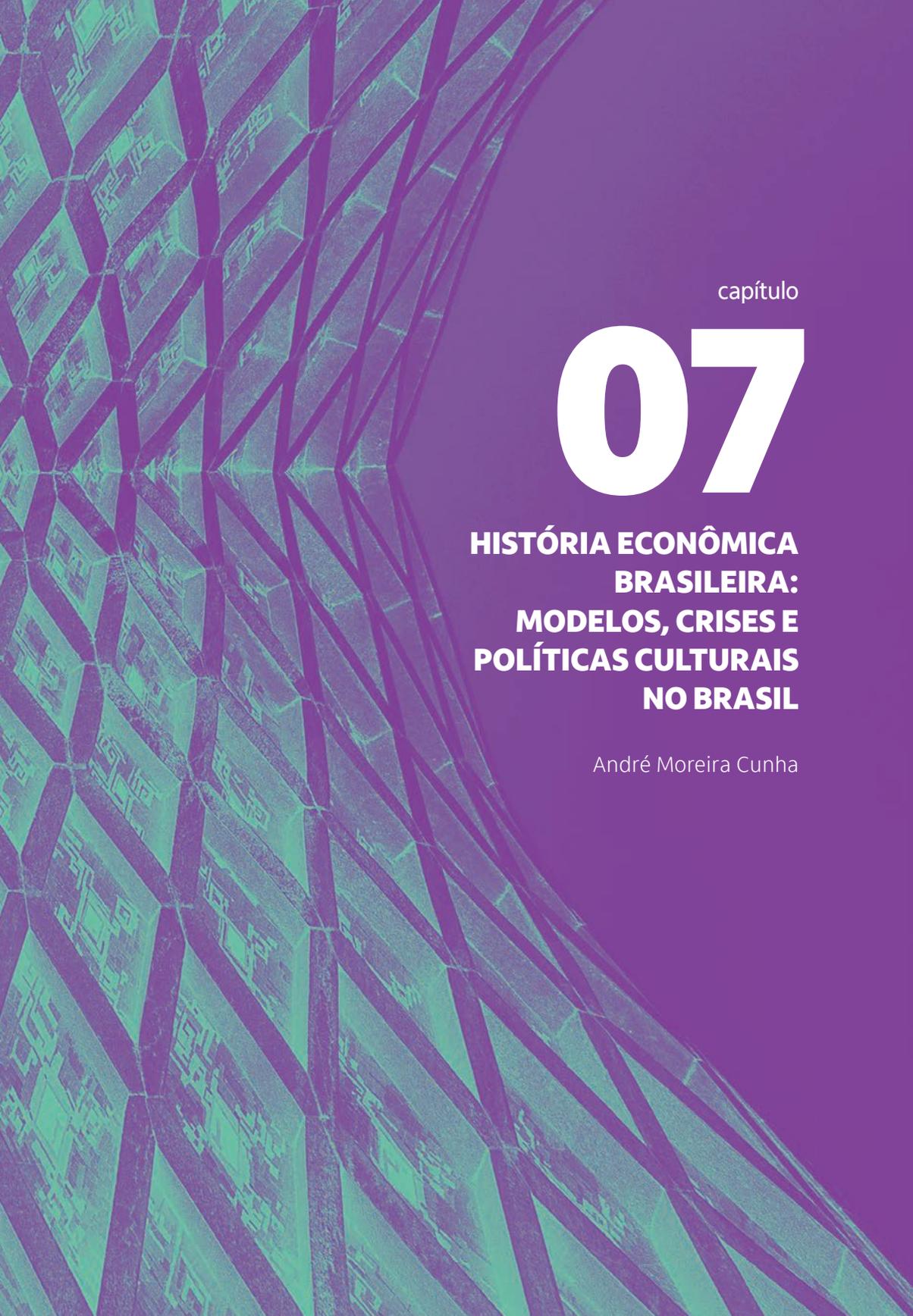
CDD 306

INTRODUÇÃO À ECONOMIA PARA ATIVIDADES CULTURAIS E CRIATIVAS

MARCELO MILAN
GUSTAVO MÖLLER
DÉBORA WOBETO
(ORGS)

ISBN: 978-65-5973-096-4





capítulo

07

**HISTÓRIA ECONÔMICA
BRASILEIRA:
MODELOS, CRISES E
POLÍTICAS CULTURAIS
NO BRASIL**

André Moreira Cunha

1. INTRODUÇÃO

Os capítulos 7 e 8 analisam o processo de modernização e desenvolvimento da economia brasileira. Enfatiza-se a história econômica brasileira, relacionando os diferentes modelos de desenvolvimento e suas respectivas crises à formulação e implementação de políticas culturais no Brasil. Na primeira seção do presente capítulo, discute-se a relação entre modelo de desenvolvimento e política cultural. A segunda seção resume a evolução da economia brasileira a partir da independência nacional, sublinhando seu caráter primário-exportador, bem como mencionando iniciativas embrionárias de política cultural. A terceira seção apresenta o chamado período desenvolvimentista, cobrindo o intervalo que começa com a Revolução de 1930 e vai até a crise da dívida externa nos anos 1980. Em termos de política cultural, os períodos analisados mostram os avanços e recuos no caminho da democratização cultural, fenômeno que ganhará mais consistência a partir do último quartel do século XX e, de forma mais disseminada, nos anos 2000, conforme será detalhado no capítulo 8.

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O desenvolvimento socioeconômico é um processo complexo e multidimensional (Bresser-Pereira et al., 2014; Thirlwall e Pacheco-López, 2017). Nas modernas sociedades de mercado, a expansão da renda (ou do produto, posto que ambos são idênticos na contabilidade social) é a sua faceta mais visível. A capacidade de expandir a eficiência produtiva por meio dos ganhos de produtividade está diretamente associada à revolução industrial iniciada na segunda metade do século XVIII. A nova dinâmica social centrada na produção de manufaturas e na constante inovação tecnológica transformou os padrões de consumo, a organização do trabalho e das empresas, a estruturação do Estado e de suas políticas, os meios de transporte e de comunicação, as fontes de energia, os níveis de bem-estar da população, as formas de fazer guerra e arte. O caráter permanente da expansão e da transformação de estruturas econômicas e sociais tornou-se uma característica central da modernidade. Por um longo período, industrialização e desenvolvimento foram considerados sinônimos (Hallward-Driemeier e Nayyar, 2018; Dieppe, 2020). No século XIX, potências emergentes como a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos (EUA) procuraram emular o sucesso industrial da Inglaterra. No século XX, países periféricos como o Brasil também entraram na corrida pelo desenvolvimento industrial. Entre experiências bem-sucedidas e frustrações diversas, pode-se sugerir que a capacidade de diversificar estruturas produtivas e de comércio internacional tem sido central para a promoção de trajetórias sustentáveis de crescimento econômico. E que este é condição necessária, ainda que insuficiente, para a constituição de sociedades afluentes.

Por que a indústria de transformação é tão importante? E, se esse é o caso, quais são as condições sociais, econômicas, tecnológicas e políticas que viabilizaram processos bem-sucedidos de industrialização? Por que tantos se preocupam com a “desindustrialização”, vale dizer, com a perda de participação relativa da indústria na

geração de renda e emprego, fenômeno que passou a se manifestar nas economias avançadas, de forma mais explícita, a partir dos anos 1970, e que hoje atinge países que lograram constituir parques industriais vigorosos, como o Brasil? Tais questões não são simples ou consensuais dentro da Ciência Econômica.

Uma resposta oferecida por diversas correntes do pensamento econômico passa pela capacidade da indústria em ampliar a produtividade em seus diversos segmentos, bem como em outros setores da economia, como a produção agropecuária e os serviços. E os ganhos de produtividade estão no “DNA” da dinâmica de crescimento das modernas economias de mercado. Em virtualmente todas as formas de organização social que antecederam à eclosão da revolução industrial, o crescimento econômico era caracterizado pelo caráter extensivo, onde a ampliação na oferta de bens e serviços era determinada, em última instância, pela disponibilidade de recursos naturais e de trabalhadores. Os ganhos de eficiência eram marginais. Na indústria de transformação e em alguns segmentos modernos do setor de serviços, usualmente intensivos em conhecimento, predominam processos intensivos, caracterizados pelos incrementos na produtividade, ou seja, mais produção por unidade de capital ou trabalho, permitindo, pela primeira vez na história humana, que o crescimento populacional viesse acompanhado por ampla disseminação de melhorias nas condições de vida das pessoas “comuns”.

Até onde os registros históricos nos permitem especular, a população mundial jamais havia ultrapassado a marca de um bilhão de habitantes até meados de 1820, situando-se, em seu auge, entre os séculos XVII e XVIII, na faixa de 500 a 600 milhões pessoas (Maddison, 2007; OECD, 2014, 2020). Ademais, os padrões de vida pouco se alteravam. Atualmente, vivem no planeta pouco mais de 7 bilhões de pessoas, cuja renda média é de aproximadamente 10 mil dólares estadunidenses. No início do século XVIII, os pouco mais de 600 milhões de habitantes do planeta possuíam uma renda média de 900 dólares estadunidenses, a valores de hoje. Ou seja, desde a revolução industrial, a população mundial cresceu 10 vezes e a renda per capita avançou também 10 vezes, o que implica uma expansão real na produção de 100 vezes. Ademais, se até o começo do século XX, a expectativa de vida ao nascer não ultrapassava, em média, os 40 anos, adentramos o século XXI com tal indicador acima dos 70 anos para a média global, e de mais 80 anos nos países avançados.

Neste mesmo período, a analfabetismo, majoritário em todas as sociedades pré-industriais, virtualmente desapareceu nos países avançados e se tornou residual nos países de renda média e baixa.

O progresso tecnológico capitaneado pela industrialização criou novas condições materiais, capazes de afastar a maldição malthusiana de que o crescimento populacional geraria misérias infindáveis. Porém, revelou outros problemas, dentre os quais, a disseminação de formas de produzir e de consumir que colocam em xeque a própria sobrevivência da raça humana e que ampliam as distâncias sociais e econômicas entre pessoas e nações. Em pleno século XXI, questões como as mudanças climáticas, cujos efeitos já se fazem sentir e tendem a se tornar cada vez mais intensos (WMO, 2020), e a forte concentração da renda e da riqueza em parcelas ínfimas da população levantam dúvidas sobre a viabilidade das formas contemporâneas de organização social (Stiglitz, 2019; Milanovic, 2019; Piketty, 2014, 2020).

É neste contexto que se tornou crescente a atenção que acadêmicos e formuladores de políticas públicas têm devotado à “economia criativa” (Unctad, 2018; Unesco, 2018 e 2019). Disseminou-se a percepção de que setores econômicos a ela associados teriam elevado potencial para gerar empregos, renda e exportações. A tendência das atividades criativas se organizarem em clusters, geograficamente bem delimitados, criou a expectativa de que políticas locais pudessem atrair e/ou estimular uma “classe criativa” (Florida, 2002) capaz de induzir dinâmicas mais virtuosas de renovação e crescimento dos espaços urbanos e de suas economias. Criatividade e inovação se amalgamaram como vetores de uma nova economia orientada pela constante mudança dos padrões de produção e de consumo.

Em alguma medida, o interesse que a economia criativa desperta é tributário das mudanças estruturais observadas na economia global nas últimas décadas, intensificadas a partir dos anos 1980, quais sejam: a maior integração das economias nacionais; os desdobramentos sobre os padrões de produção e de consumo da disseminação das inovações tecnológicas derivadas da revolução nas tecnologias de informação; a redistribuição da produção manufatureira rumo aos países emergentes e em desenvolvimento; e a ampliação do poder de comando das empresas transnacionais sobre os processos econômicos.

Já nos anos 1970, a combinação de inflação e desemprego em alta, revertendo a tendência prévia da longa era de recuperação e prosperidade do pós-guerra, fez com que se debatesse, com maior intensidade, a questão da emergência de uma sociedade pós-industrial (Bell, 1974). Nas economias avançadas, notava-se, para além do baixo crescimento econômico, a perda relativa de importância da indústria de transformação na geração de renda e de emprego, fenômeno que se convencionou chamar de “desindustrialização” (Rowthorn e Ramaswamy, 1997). Tal processo tem-se dado de forma contínua nos últimos quarenta anos, o que tornou nebulosas as fronteiras entre os tradicionais setores secundário (indústria) e terciário (serviços).

Porém, em paralelo a estas transformações, e como resposta aos efeitos da crise do petróleo dos anos 1970, novas formas de organização da produção e a introdução de inovações tecnológicas associadas à microeletrônica e biotecnologia recolocaram a importância da manutenção de estruturas produtivas diversificadas (Hausmann et al., 2013; Hallward-Driemeier e Nayyar, 2018). Nos anos 1980, países como Japão e Alemanha pareciam destinados a liderar esta nova etapa, ao passo que os Estados Unidos davam sinais de perda de vitalidade, e o bloco comunista, tendo à frente a então União Soviética, não demonstrava capacidade de acompanhar as novas tendências. A virada entre os anos 1980 e 1990, testemunhou a radical mutação da ordem internacional, por décadas caracterizada pela Guerra Fria e a bipolaridade por ela engendrada. Nos anos 2000, a geopolítica e a geoeconomia, foram uma vez mais alteradas, pela força com que a ascensão dos países emergentes, particularmente a China, imprimiu ao movimento prévio de globalização (Baldwin, 2016; WTO, 2019; OECD, 2019; World Bank, 2020).

Enquanto alguns se debruçavam sobre a pertinência ou não de se estimular a indústria de transformação, ou, alternativamente, aceitar a emergência de uma sociedade pós-industrial, onde renda e empregos seriam predominantemente gerados no setor terciário, países avançados e emergentes foram adotando estratégias que enfatizaram a capacidade de inovar, de criar novos conceitos e novos produtos, de reduzir as respectivas distâncias com as fronteiras tecnológicas e produtivas ou mesmo de alterá-las. Em síntese, era a corrida para a “criatividade” e a “competitividade”, entendida esta última como a capacidade de sustentar e/ou ampliar posições nos mercados por meio da capacidade de inovar, vale dizer,

de criar processos produtivos e comerciais mais eficientes e de novos produtos e serviços. Nestes marcos, cabe esclarecer que as relações entre economia, cultura e criatividade são complexas e sujeitas a intensos debates teóricos e normativos (Throsby, 2011, 2010; Zein-Elabdin, 2018; Unctad, 2010; Unesco, 2006, 2013, 2015, 2018, 2019). Para efeitos do presente trabalho torna-se importante identificar as fronteiras do que se pode enquadrar dentro do universo das atividades culturais e criativas. A literatura especializada fornece uma diversidade de conceitos – “indústria cultural”, “economia criativa”, “setores criativos”, “setores geradores de direitos de propriedade intelectual”, dentre outros – que refletem a evolução dos estudos sobre a relação entre economia e cultura nas modernas sociedades de mercado. E, por conta disso, influenciam as discussões sobre a formulação de políticas públicas para esta área¹.

Como nos lembra o historiador Yuval Harari (2015), a primeira grande revolução humana foi cognitiva. Assim, é a capacidade de criar expressões simbólicas do universo que lhe cerca que confere ao ser humano a diferença marcante diante dos demais seres vivos. Somos seres biológicos, morais e criativos. Historicamente, tal força criativa se expressa nas artes, nas inovações técnicas, no comércio e na produção, na criação de instituições religiosas e políticas, enfim, na capacidade de moldar os elementos da natureza de modo a construir soluções para os dilemas da sobrevivência física e espiritual. E, como sugere Harari (2015), o avanço humano se deu a partir da capacidade social de colaborar em escalas ampliadas, para além das fronteiras mais estreitas das relações familiares e tribais. Para tanto a identificação coletiva por meio da criação de mitos e símbolos comuns que se desdobram em aspectos religiosos, políticos e institucionais diversos.

¹ “The different labels reflect and correspond to different analytical positions and ideological stakes, the history of which has been studied by numerous scholars of the field. Each set of terms, together with its antecedents and its interpretations, has become a terrain of lively expert debate. It is important to note that these terms have come to be widely used in cultural policy circles. Many cultural actors and institutions also have adopted them in their self-descriptions, although by doing so they may be applying the idiom of “industry” to activities that are neither industrial in nature or scope nor profit-making (but instead require permanent subsidy). In some cases, identifying with this now fashionable category is thought to be a means of securing greater investment, political support and sometimes funding to sectors that have been historically overlooked. Yet, some people feel the terms have developed an ambiguous, buzzword quality that is hyped by politicians, seen skeptically by academics, and employed by artists and creative professionals when it suits their cause.” (Unesco, 2013, p. 18)

A figura de Leonardo da Vinci, o símbolo maior do homem renascentista², expressa de forma definitiva como tais potenciais podem se revelar. Leonardo foi artista (pintor, escultor, arquiteto, escritor e músico), matemático, engenheiro, inventor, anatomista, botânico, geólogo e cartógrafo (Zöllner e Nathan, 2003). Sua criatividade está registrada nos imortais quadros “Mona Lisa” e a “Última Ceia”, no desenho do “Homem Vitruviano” e em incontáveis invenções, cujos desenhos revelam enorme capacidade de aplicar conceitos físicos e matemáticos para a criação de soluções técnicas para problemas diversos. Seus inventos incluem instrumentos musicais, bombas hidráulicas, canhões, sistemas de barricadas móveis para proteger cidades de ataques navais etc. Há desenhos de Leonardo com projetos para protótipos de helicóptero, tanque de guerra, uso da energia solar, calculadora, casco duplo nas embarcações, dentre outras coisas.

O exemplo de Leonardo da Vinci ilustra o fato de que não é nova a relação entre criatividade e inovação, nem mesmo são claras as fronteiras entre os métodos de criação e expressão das artes e da ciência. Da mesma forma, os conceitos aqui trabalhados, quando analisados isoladamente, não são novos, porém se postos em movimento, refletem fenômenos sociais, culturais e econômicos relativamente recentes. Assim, por exemplo, o termo “economia criativa” é novo e se populariza a partir do trabalho seminal de Howkins (2001). Este autor coloca a criatividade no centro da “nova economia”. Sua categorização é ampla e inclui quinze setores, desde aqueles cujos domínios são tipicamente da esfera cultural, até outros, mais próximos da ciência aplicada (brinquedos, jogos, pesquisa e desenvolvimento).

Howkins (2001) também assume que a criatividade é uma característica intrínseca ao ser humano, e que suas formas de manifestação são diversas e não se constituem em novidade. O que seria típico das sociedades industriais é a canalização da criatividade para a produção de bens e serviços que se renovam constantemente, na medida em que se valoriza sobremaneira a novidade, a aplicação dos conhecimentos científicos para produzir novos bens e serviços, e a geração de valores econômicos protegidos pelos direitos de propriedade intelectual. Tais características, destacadas

² “Sua habilidade em combinar arte e ciência ... fez dele o gênio mais criativo da história” (Isaacson, 2017: p. 20-21).

como sendo positivas por autores como Howkins (2001), estão no âmago da análise crítica realizada pela Escola de Frankfurt.

O termo “indústria cultural” nasce com as reflexões da Escola de Frankfurt sobre a captura da cultura pela lógica mercantil. Trabalhos como a “Dialética do Esclarecimento”, originalmente publicado em 1944 (Adorno e Horkheimer, 2002), e “Eros e Civilização” (Marcuse, 1955), passaram a fundamentar uma perspectiva pessimista sobre a relação entre as esferas da economia e da cultura, na medida em que a transformação da arte em “mercadoria” faria parte de um processo mais amplo de legitimação da ordem social capitalista. A subjetividade humana, na sua forma mais nobre, que é a expressão artística, ficaria finalmente submetida à lógica instrumental de adequação de meios a fins, em uma sociabilidade na qual a finalidade última é a busca do lucro (Furtado, 1978, 1984).

De acordo com os trabalhos da Unctad (2010, 2018) e da Unesco (2013, 2015, 2018, 2019) é a partir dos anos 1960 e, com mais intensidade, depois dos anos 1980, que acadêmicos e formuladores de políticas públicas passam a reconhecer que a relação entre “cultura” e “economia” não precisaria, necessariamente, ser tão negativa. Ao invés da “degeneração” os mercados poderiam, também, se transformar em pontes para a preservação das diversas formas de expressão cultural. Com isso, as políticas públicas deveriam olhar com mais atenção para o potencial de geração de renda, ocupação e valorização social de artistas e artesãos, produtores de bens e serviços portadores de “valores simbólicos”. Tal perspectiva passa a ser defendida pela Unesco, que vislumbra tal potencial em setores como música, artes, literatura, moda, design, cinema, e televisão, cujas matrizes produtivas são tipicamente industriais, e, também, em um amplo leque de produção cultural de base artesanal.

A ênfase em “setores criativos” foi dada pelo DCMS (2019) e utiliza uma perspectiva que expande as fronteiras analíticas para além do domínio dos bens e serviços culturais (Cunningham, 2002; O’Connor, 2010). Em seus estudos, os setores criativos são aqueles em que a criatividade dos indivíduos permite a geração de riqueza e empregos por meio da geração de direitos de propriedade. A ênfase em setores criativos e não mais no domínio estritamente cultural é fonte de polêmicas na literatura. Aponta-se que o suposto pragmatismo associado a essa nova caracterização não é necessariamente neutra (Garnham, 2005; O’Connor, 2010; Cunningham, 2013).

Na sequência, apresentamos a forma como tais conceitos são utilizados em estudos de referência na literatura. Para a Unctad (2010) a “economia criativa” é um conceito em evolução que se baseia na capacidade de certos ativos criativos promover crescimento econômico e desenvolvimento. Seriam características capazes de identificar os setores criativos: (i) o fundamento na economia do conhecimento, o que perpassaria as dimensões microeconômica e macroeconômica das economias; (ii) a capacidade de combinar geração de empregos, renda e exportações, com a promoção da inclusão social, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano; e (iii) a existência de conexões fortes entre as dimensões econômica, cultural e social. Da mesma forma, a Comissão Europeia procurou traçar uma linha de aproximação entre os setores considerados criativos e o domínio tradicional da cultura³.

Em estudo comissionado para a Diretoria de Educação e Cultura da Comissão Europeia, a KEA European Affairs (KEA, 2006) enfatizou a necessidade de separar o “setor cultural” dos “setores criativos”, estabelecendo círculos concêntricos tendo o campo artístico em seu núcleo e as demais atividades criativas em entornos que dele se distanciam. Assim como em outras classificações, há um denominador comum que relaciona o que está nos diferentes círculos: a capacidade de cada produto ou serviço de gerar direitos de propriedade (copyright). A KEA considera, também, a existência de um terceiro círculo para além do núcleo cultural e seu entorno criativo. Aqui entrariam atividades que não pertenceriam aos segmentos cultural e criativo, mas outros, cuja produção está estreitamente vinculada àqueles.

Já a Unesco (2015) agregou terminologicamente as dimensões da “cultura” e da “criatividade” ao definir os setores culturais e criativos (SCC) como aqueles em que o “... principal purpose is production or reproduction, promotion, distribution or commercialization of goods, services and activities of a cultural, artistic or heritage-

³ “Cultural industries’ are those industries producing and distributing goods or services which at the time they are developed are considered to have a specific attribute, use or purpose which embodies or conveys cultural expressions, irrespective of the commercial value they may have. Besides the traditional arts sectors (performing arts, visual arts, cultural heritage – including the public sector), they include film, DVD and video, television and radio, video games, new media, music, books and press. This concept is defined in relation to cultural expressions in the context of the 2005 UNESCO Convention on the protection and promotion of the diversity of cultural expressions. “Creative industries” are those industries which use culture as an input and have a cultural dimension, although their outputs are mainly functional. They include architecture and design, which integrate creative elements into wider processes, as well as subsectors such as graphic design, fashion design or advertising.” (European Commission, 2010, pp. 5-6)

-related nature.” (p.11). Assume-se, como ponto de partida, a importância intrínseca da produção dos valores simbólicos, que representam a herança comum das distintas culturas, e, portanto, expressam a diversidade da experiência criativa humana. Ademais, percebe-se que as atividades dos SCC são pouco conhecidas e mensuradas.

Os setores culturais e criativos ganharam maior visibilidade nos últimos anos em uma economia global caracterizada, até recentemente, pelo predomínio de ambientes institucionais cada vez mais liberalizados e pela redução dramática dos custos de transação em telecomunicações, transporte, processamento armazenamento e disseminação de informações, dentre outros. A organização da produção e do comércio de mercadorias e serviços concentrou-se nas mãos conglomerados produtivos e financeiros, usualmente originados nas economias avançadas e em algumas economias emergentes, e que são chamados pela literatura especializada de empresas “transnacionais” ou “multinacionais” (Dunning, 2014; OECD, 2019; WTO, 2019).

Tais empresas passaram a reorganizar suas estratégias de inovação, produção e comercialização em escala global, explorando vantagens locais específicas. Foram responsáveis, em última instância, pela estruturação das cadeias globais de valor, que são hierarquizadas e respondem por mais do que 2/3 do comércio global de mercadorias (Baldwin, 2016; OECD, 2019; WTO, 2019; World Bank, 2020). Em tal ambiente, a capacidade de inovar e, com isso, de concorrer nos mercados internacionais, tornou-se uma prioridade para empresas e governos.

Neste contexto, foi-se tornando prioritário identificar formas de se ampliar os potenciais competitivos dos agentes econômicos e, portanto, de valorizar a capacidade de criar produtos e serviços que, simultaneamente, fossem específicos a certa matriz cultural, e pudessem encontrar espaços de validação nos mercados globais (Unesco, 2006, 2018, 2019). Agências multilaterais, governos nacionais, acadêmicos e entidades representativas de empresas e setores passaram a trabalhar formas de se conceituar, desenhar políticas públicas específicas e avaliar os impactos econômicos dos setores considerados “culturais” e/ou “criativos” (Unctad, 2010, 2018; Flew, 2012; Unesco, 2013, 2018, 2019) ou, simplesmente, setores culturais e criativos (Unesco, 2015).

Na perspectiva contemporânea, o termo “política cultural” abriga um leque amplo de intervenções estatais para a promoção dos setores culturais e criativos

(SCC). O caráter dinâmico deste conceito reflete a realidade objetiva de que as fronteiras setoriais que definem os SCC foi se alargando. O aprimoramento das políticas culturais se deu a partir da complexa interação entre as necessidades e as pressões domésticas dos atores envolvidos, particularmente os realizadores culturais e suas instituições de representação, e o ambiente externo, onde o estabelecimento de metas para o desenvolvimento humano e a inclusão da cultura como um elemento estruturante da vida social ganham destaque. Nesta segunda dimensão, tem sido essencial o papel da Unesco como formadora de consensos, definidora de estratégias, produtora de informações estatísticas e de análises comparadas dos SCC e políticas culturais (Unesco, 2019).

Por decorrência dos anteriores, é possível identificar que se no passado, a preservação do patrimônio cultural e o estímulo à “alta cultura” restringiam o escopo das políticas culturais, na era da globalização estas passaram a se orientar pela percepção sobre os impactos dos SCC em termos de geração de renda, emprego, inovações, bem-estar social, bem como de fortalecimento das identidades dos diversos grupos em sociedades que foram se tornando cada vez mais complexas⁴. Por isso mesmo, os instrumentos utilizados e as instituições mobilizadas para viabilizar a ação estatal também foram sendo reestruturadas. Agências governamentais foram criadas ou reestruturadas, tanto ao nível dos governos centrais, quanto nos governos locais.

A Austrália foi um dos pioneiros na reestruturação das estratégias e políticas públicas voltadas para o os SCC, com seu “Creative Nation”⁵, de 1994, logo seguida pelos britânicos. Com seu retorno ao poder, os trabalhistas colocaram a questão da economia criativa em um patamar superior na estratégia de renovação do potencial crescimento do país. O então o Departamento do Patrimônio Nacional (Department of National Heritage) foi transformado em Departamento de Mídia,

⁴ “Societies evolve and we must evolve with them. These profound changes directly challenge cultural policies. In more fragmented societies, cultural policies must respond to the aspirations of diverse populations, as well as guarantee pluralism and respect for fundamental rights. Faced with the challenges of sustainable development, culture must play a transversal and decisive role in all areas of public policy. Cultural policies must also be part of multi-stakeholder dialogue, in order to converge these new dynamics, in which States – the guarantors of fundamental rights and main regulators – actively collaborate with international and regional organizations, local authorities, the private sector and civil society.” (Unesco, 2019, p.3).

⁵ Ver: “Creative nation: Commonwealth cultural policy, October 1994”. VER, também: “Creative Australia”, 2013 (<https://apo.org.au/node/33126>), acesso em 02 de outubro de 2020.

Cultura e Esportes (Department of Culture, Media & Sport - DCMS), que passou a ter status ministerial (O'Connor, 2010). Seu comando ficou ao encargo de Chris Smith, autor de um influente livro sobre a relação entre economia e cultura. Smith (1998) defendia a ideia de que a cultura não deveria ser objeto de atenção exclusiva da elite da sociedade, mas sim estar no centro da agenda política e da estratégia de crescimento (Smith, 2013). Anos depois, em 2004, a XI Conferência Ministerial da Unctad trouxe a questão da economia criativa para uma posição de relevo nos debates internacionais em torno das agendas de promoção do comércio e do desenvolvimento (Unctad, 2010, 2018), ao que vem sendo incorporado por diversos governos nacionais e subnacionais (Unesco, 2013, 2015, 2018, 2019).

As próximas duas seções resgatam o movimento histórico de estruturação economia brasileira, tendo por eixo fundamental o seu processo de modernização, vale dizer, de constituição de uma base produtiva tipicamente voltada para as atividades urbanas – indústria e serviços – e de uma sociedade diferenciada e complexa. Foi neste período que se estruturou o Estado moderno e as políticas públicas voltadas para as diversas áreas produtivas e sociais. O caso da cultura não é uma exceção.

3. A ECONOMIA DO MODELO AGROEXPORTADOR E A INDUSTRIALIZAÇÃO

3.1 A ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA E OS PRIMÓRDIOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO

As sociedades pré-industriais se caracterizavam pelo predomínio da produção agropecuária, a existência de estruturas sociais rígidas e hierarquizadas, marcadas pela força das tradições religiosas e das obrigações familiares e comunitárias. A ação humana tendia a ser conduzida por costumes e hábitos fortemente enraizados, com fronteiras pouco claras a diferenciar o mundo privado do público. A divisão do trabalho, menos complexa, era influenciada por aspectos etários, de gênero e de identificação de status social. Muitas sociedades pré-industriais também foram mercantis e lograram realizar feitos civilizatórios marcantes, expressos, principalmente, em sua capacidade de organização política e militar, em suas obras de infraestrutura, na arte, na literatura e em outras formas sofisticadas de expressão da criatividade humana.

Foi longo e complexo o processo histórico que permitiu a emergência das modernas sociedades de mercado. No plano cultural e ideológico, a força da tradição deu lugar à crescente racionalização e burocratização. O racionalismo passa a predominar em substituição às crenças religiosas e tradicionais. Alguns vetores históricos foram particularmente importantes para permitir tais transformações, especialmente: a revolução comercial que expandiu as fronteiras de influência dos povos europeus; a Reforma protestante e o Iluminismo, que deram espaço para a renovação ideológica associada ao racionalismo; a centralização do poder político e militar, também na Europa, e que deu origem aos modernos Estados nacionais; as sucessivas revoluções (Gloriosa, Francesa, Americana etc.) e reformas políticas que conformaram a sua organização legal contemporânea; e a disseminação da produção industrial em meio às sucessivas ondas de inovação tecnológica.

A formação econômica, política, social e cultural do Brasil é tributária desta dinâmica histórica de expansão e de diversificação das sociedades europeias em sua etapa de transição para o capitalismo (Freyre, 1933; Holanda, 1936; Prado Jr., 1942; Furtado, 1959[1984]; Faoro, 1975; Novais, 1981). É extensa e passível de muitas controvérsias a literatura que explora as interconexões entre o processo de modernização na Europa e a formação das sociedades coloniais. No caso brasileiro, ganham destaque a concentração da propriedade e do poder político como subproduto da monocultura exportadora que se utilizou da mão de obra escrava em larga escala; a instabilidade cíclica e a dependência dos circuitos mercantis externos; o baixo desenvolvimento das atividades voltadas para o mercado interno, sendo este pouco monetizado e incapaz de criar espaços suficientes para o predomínio do trabalho livre ou o florescimento de classes médias urbanas extensas; e a inexistência de infraestrutura física e institucional propícia ao desenvolvimento pleno de uma economia tipicamente capitalista. Adicionalmente, no período colonial a ausência de autonomia política formal criava constrangimentos adicionais para a estruturação do Estado e da sociedade.

A independência de Portugal fez nascer uma nação enraizada nas tradições patriarcais do mundo rural e que voltou a apresentar elevado dinamismo econômico com a exportação de commodities altamente demandadas pelo mundo urbano e industrial em gestação na Europa, particularmente o café. A partir do último quartel do século XIX, a economia cafeeira contribuiu na introdução e disseminação dos elementos que viriam a se constituir posteriormente nas bases da economia urbana e industrial, particularmente o assalariamento, o empresariado moderno, o maior desenvolvimento das cidades, as ferrovias e a produção de bens manufaturados. O predomínio do modelo primário-exportador manteve a vulnerabilidade financeira externa e fiscal e, se por um lado, propiciava as condições para o avanço das etapas iniciais da industrialização, por outro, projetava barreiras à sua plena consolidação.

A transição política republicana coincidiu com a expansão da economia primário-exportadora e a maior diferenciação social e política. As novas camadas médias e urbanas buscam maior expressão cultural e participação política. Entre o final do século XIX e as primeiras três décadas do século XX, o Brasil experimentou um

importante dinamismo econômico e vivenciou a disseminação de ideologias e movimentos tipicamente modernos.

No período entre as duas guerras mundiais nota-se uma inflexão importante por meio de distintas manifestações que sinalizavam para a emergência de uma sociedade mais complexa. As reflexões sobre a natureza e as razões do aparente atraso econômico e social do país passaram a incorporar novas leituras sobre a nossa formação histórica. As obras de Gilberto Freyre (*"Casa-Grande & Senzala"*, 1933), Sérgio Buarque de Holanda (*"Raízes do Brasil"*, 1936), Caio Prado Júnior (*"Evolução Política do Brasil"*, 1933; *"Formação do Brasil Contemporâneo"*, 1942), por exemplo, se afastam das explicações convencionais que, inspiradas no determinismo biológico, tão em voga no final do século XIX e começo do século XX, consideravam a miscigenação racial e cultural como um elemento negativo. Por distintos caminhos teóricos, aqueles autores passam a compreender este aspecto não como um fardo, mas como uma oportunidade de constituição de um novo tipo de civilização nos trópicos.

Da mesma forma, o movimento modernista, que tem na Semana de Arte Moderna (1922) e no lançamento da Revista de Antropofagia, em cujo primeiro número, torna-se público o *"Manifesto Antropófago"* (1928) de Oswald de Andrade, foram marcos que sinalizariam para este novo espírito, que antecipa a racionalização acadêmica e as ações políticas modernizantes. Ainda neste período, manifestações políticas como o tenentismo, a disseminação de greves, a criação do Partido Comunista do Brasil (1922) e, por fim, a Revolução de 1930, revelavam a incapacidade das instituições oligárquicas tradicionais em dar impulso à modernização do Estado, da economia e da sociedade.

A literatura econômica⁶ identifica a crise de 1929 como um ponto de ruptura na trajetória de desenvolvimento do Brasil, e das economias latino-americanas como um todo. Tal *"choque adverso"* teria provocado uma mudança no padrão de crescimento, antes *"voltado para fora"* (o modelo agroexportador) e agora *"voltado para dentro"* (com a industrialização). A crise gerou uma queda brusca no preço internacional dos produtos primários exportados pelas economias periféricas, bem como uma contração generalizada na demanda dos países centrais. Os mercados

⁶ Para o caso brasileiro ver em especial Fishlow (1972), Furtado (1984), Tavares (1981) e Abreu (1992).

financeiros se contraíram e o financiamento das contas externas tornou-se mais difícil sem o acesso à poupança externa. De forma aparentemente contraditória as políticas domésticas de preservação da demanda e as desvalorizações maciças nas taxas de câmbio geraram um novo ambiente, onde a alteração na estrutura dos preços relativos teria permitido ao Brasil (e a outras economias periféricas) um “ajuste industrializante”. Vale dizer, ter-se-ia que produzir internamente o que antes era importado. Esta produção substitutiva de importações só foi possível devido: (i) a existência de uma demanda prévia, que antes era atendida por importações sustentadas pela renda gerada na exportação de produtos primários – no caso brasileiro, o destaque era o café; (ii) a consolidação anterior de uma estrutura industrial que cresceu sob os estímulos da expansão das atividades primário-exportadoras; e (iii) a sustentação da renda doméstica, por parte do governo, através de políticas contracíclicas que, no caso brasileiro, tomaram a forma, principalmente, da compra dos estoques de café, financiada pela emissão monetária.

Com isso, a partir dos anos 1930 o investimento industrial passaria a ser o componente mais dinâmico da renda nacional, em substituição às exportações de produtos primários. Estas continuariam fundamentais, na medida em que gerariam as divisas necessárias às importações das matérias-primas e equipamentos cruciais ao aprofundamento da industrialização. É importante notar que logo após a crise de 1929 tratou-se de crescer com o aproveitamento daquela estrutura industrial já existente. Somente quando sua capacidade ociosa passa a esgotar-se é que teremos uma dinamização dos investimentos, o que ocorre com clareza já no período 1933-39 (Suzigan, 1986: 93).

A modernização do Estado e da economia ganhou intensidade durante os governos do presidente Getúlio Dornelles Vargas (1930-1945; 1950-1954). No que tange à área da cultura, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930) foi um marco importante (Calabre, 2009; Schwarcz e Starling, 2015; Fausto, 2019). Com a gestão do Ministro Gustavo Capanema Filho (1934-1945), importantes intelectuais desta geração se envolveram diretamente na formulação das políticas públicas, com destaque para Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Cecília Meireles, Lúcio Costa, Vinicius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco de Andrade. No mesmo

período, só que no município de São Paulo, foi criado o Departamento de Cultura e Recreação, primeiro órgão público idealizado especificamente para a área e que ficou sob o comando de Mário de Andrade. Caracterizou-se por buscar ampliar o acesso da população em geral às mais diversas formas de manifestação cultural, buscando romper com a ideia de que a fruição da cultura estaria restrita à elite.

A vanguarda modernista influenciou várias áreas da vida pública e cultural durante a “era Vargas”, incluindo a construção do icônico prédio sede do ministério no Rio de Janeiro, cujo projeto foi liderado por Lucio Costa e contou com o apoio de Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Afonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira e Ernâni Vasconcelos. Cândido Portinari foi o encarregado dos afrescos e do painel de azulejos, e parte do projeto foi idealizado e executado pelos escultores Adriana Janacopoulos, Celso Antônio, Bruno Giorgi e Jacques Lipschitz e o paisagista Roberto Burle Marx. O arquiteto e artista francês, Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido pelo pseudônimo Le Corbusier, esteve no Rio para acompanhar o desenvolvimento do projeto.

Ainda na gestão de Capanema foram criados, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Instituto Nacional do Livro. O SPHAN, posteriormente transformado em instituto, foi responsável pela criação de novos museus, como o Museu Imperial de Petrópolis (RJ), o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG), o Museu das Missões, em São Miguel (RS) e o Museu do Ouro, em Sabará (MG), em como pelo tombamento e a preservação de centenas de monumentos artísticos e históricos. Já o Instituto Nacional do Livro (1937- 1991) foi responsável pela política de criação de bibliotecas públicas no interior do país. O desenvolvimento do rádio, cinema, teatro, literatura, música, dentre outras áreas, coincide com o crescimento da urbanização e das massas consumidoras.

Ademais, e particularmente durante o Estado Novo, tais manifestações passaram a ser instrumento do projeto de desenvolvimento por meio da constituição de novas identidades e perspectivas ideológicas que valorizam os elementos nacionais. O controle e o fomento estatal, bem com a censura, se manifestaram por meio de estruturas como o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC, 1934), vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Instituto Nacional do Cinema Educativo (1936), o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa (1937), o Serviço

Nacional de Teatro (1937), o Conselho Nacional da Cultura (1938) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP, 1939).

No plano econômico, as transformações estruturais também foram significativas. Assim, por exemplo, entre 1919 e 1939 houve uma queda sensível da participação das importações na oferta interna daqueles setores em que já havia alguma produção nacional (Bonelli, 1995, p. 93). Da mesma forma, dentro da indústria de transformação, constatou-se um início de diversificação. Se em 1919, 80,2% do valor adicionado industrial provinha dos setores produtores de bens de consumo não duráveis, vale dizer, da indústria tradicional que havia se desenvolvido dentro dos limites de expansão impostos pelas atividades primário-exportadoras, e 19,8% provinham dos setores produtores de bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital. Em 1939, esta relação passa a 69,7% para os bens de consumo não duráveis contra 30,3% para os demais setores.

A partir de crise 1929, a restrição no balanço de pagamentos forçou o aprofundamento da industrialização pela via substitutiva de importações. Porém, em vez de sanar os desequilíbrios externos, a industrialização substitutiva somente repunha, em níveis superiores, o problema da restrição de divisas (Tavares, 1981). Isto porque na medida em que se avançava na expansão/ implantação dos setores menos complexos, nas indústrias tradicionais, crescia a demanda por insumos industriais de uso difundido (produtos químicos, siderúrgicos etc.) e por máquinas e equipamentos, cuja produção doméstica era insuficiente ou inexistente. A industrialização brasileira encontrar-se-ia, assim, restringida por insuficiências tecnológicas e financeiras para se efetivar a internalização dos segmentos mais dinâmicos e intensivos em capital e tecnologia. Sem a industrialização pesada, entendida como a constituição de uma malha industrial integrada, onde estivessem presentes os setores produtores de duráveis de consumo e, especialmente, de bens de capital e bens intermediários, não se poderia dar continuidade ao processo de desenvolvimento nacional.

3.2 A MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA E CULTURA NA ERA DESENVOLVIMENTISTA

O período que compreende o pós-Segunda Grande Guerra Mundial e o final da década de 1970 foi marcado por um forte crescimento da economia brasileira (ver gráfico 1 na seção 4 e os gráficos A1 e A2 do Apêndice), cujas características centrais foram: (i) a liderança da indústria e, dentro desta, dos setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital; (ii) o crescente papel do Estado como coordenador e promotor direto do crescimento, delimitando os espaços de atuação dos blocos de capital privado nacional e estrangeiro e tomando para si a responsabilidade de garantir o padrão de financiamento de longo prazo; (iii) a convivência com níveis elevados de inflação – taxas anuais, em média, de 30,7% entre 1947 e 1980 – e fragilidades no balanço de pagamentos (ver gráficos A4 e A5 no Apêndice); e (iv) uma clara dimensão cíclica, onde destacam-se as expansões dos subperíodos 1955/62 (Plano de Metas), 1967/73 (“Milagre Econômico”) e 1973/80 (II Plano Nacional de Desenvolvimento).

O Plano de Metas (1955-1961), implementado no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), constituiu-se em esforço consciente e sistemático do Estado brasileiro em construir uma estrutura industrial integrada verticalmente. Diante de uma forte crise do balanço de pagamentos em decorrência do endividamento passado e da queda nos preços internacionais do café, e contrariando a pressão do FMI para que o país adotasse um ajuste recessivo, resolveu-se aprofundar a trajetória industrializante através de um amplo programa de investimentos que visava sanar os gargalos estruturais da indústria. Todos os instrumentos de política econômica foram mobilizados no sentido de garantir o objetivo de avançar no desenvolvimento industrial. A política monetária e creditícia foi acomodatória. Na ausência de um mercado de capitais funcional e de insuficientes fluxos externos de capital coube ao Estado sustentar o financiamento dos investimentos públicos e privados. Aos crescentes déficits orçamentários corresponderam emissões monetárias que se traduziram em aceleração inflacionária no período seguinte (1962-67).

Durante os anos JK, a maior concorrência entre as empresas transnacionais europeias e estadunidenses criou espaço para a adoção de políticas de incentivo

à atração de novos capitais e, principalmente, tecnologias⁷. Assim, o investimento direto estrangeiro haveria de ser uma das peças-chave do avanço na modernização produtiva. O capital nacional foi estimulado pela adoção de taxas de câmbio preferenciais para a importação de máquinas e insumos industriais e pela oferta de crédito subsidiado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e do Banco do Brasil (BB). Data deste período a instalação no país de grandes internacionais, como os grupos Siemens, Mercedes Benz, Asea, Brow Baveri, Dow Chemical, Champion dentre outros, além do início da produção nacional de grupos já instalados anteriormente, mas que se limitavam a atividades de importação, comercialização ou montagem de produtos, como Volkswagen e Ford.

Conforme destacado por Serra (1982) e Bonelli (1995), os setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis lideraram o crescimento industrial. Neste período verificou-se a efetiva produção nacional de uma série de produtos ou mesmo de segmentos inteiros dos complexos metalmeccânico e eletroeletrônico. Além disso, foram cruciais os investimentos estatais nos setores considerados estratégicos, especialmente em infraestrutura – energia, transportes, siderurgia etc. – além da construção de Brasília.

Findo o bloco concentrado de investimentos do período 1955-61, a economia foi incapaz de sustentar o mesmo ritmo de crescimento. As fragilidades do esquema inflacionário de financiamento limitavam a capacidade do Estado em liderar o processo de industrialização. O tamanho relativamente limitado do mercado consumidor, espremido pela concentração de renda e baixa capacidade de incorporação das massas trabalhadoras, e a inexistência de uma estrutura institucional adequada à nova dimensão do Estado – ampliada em suas funções e com forte participação no setor produtivo – inviabilizaram a manutenção de taxas elevadas de investimento, comprometendo até mesmo a absorção da produção corrente derivada dos inves-

⁷ Dentre os mecanismos de estímulo ao investimento, especialmente ao investimento externo, destaca-se: (i) incentivo a setores estratégicos, via câmbio preferencial (instrução 70 da Sumoc – Superintendência de Moeda e Crédito) (ii) a Instrução 113 da Sumoc que visava estimular os investimentos externos. Ela liberava a importação de máquinas, equipamentos e matérias primas sem a necessidade de cobertura cambial, ou seja, sem dispêndios em moeda – a importação acaba funcionando como uma entrada autônoma de capitais, um investimento direto.

timentos anteriores. O recrudescimento da inflação e uma nova crise no balanço de pagamentos determinaram o ajuste recessivo no início dos anos 1960.

Com a transição política em 1964 foi implementada uma série de reformas institucionais que visavam ampliar o poder fiscal do Estado e modernizar o sistema financeiro nacional, de modo a dar novo fôlego ao crescimento liderado pela industrialização e urbanização. Institui-se a correção monetária como forma de viabilizar a colocação no mercado de títulos públicos em um contexto inflacionário e atualizar os valores da arrecadação tributária. Centralizou-se, na esfera federal, a maior parte das receitas tributárias. Reformou-se o sistema bancário e financeiro. As reformas do período 1964-67 visavam constituir um padrão mais estável de financiamento para a economia brasileira. Em parte, esse objetivo foi alcançado, porém vários mecanismos então criados e, em especial, a correção monetária, foram muito mais funcionais para prover aos investidores privados de alternativas rentáveis e seguras de aplicação dos seus excedentes, do que dinamizar o mercado privado de crédito de longo prazo. Continuou cabendo ao Estado dar sustentação para os investimentos, o que se traduziu em um crescente endividamento interno e externo, particularmente nos anos 1970.

Tais reformas viabilizaram um novo e vigoroso ciclo de crescimento entre 1967/73, que ficou conhecido como o “Milagre Brasileiro”. O governo federal assumiu maior controle sobre os recursos fiscais e, com isso, ampliou sua capacidade de direcionamento da acumulação de capital na economia. Equacionado o problema do financiamento, devido a condições internas (reformas) e externas (liquidez internacional) favoráveis, o período é marcado por um significativo crescimento. (i) Procurou-se apoiar o capital privado através da utilização dos instrumentos criados no período das reformas, especialmente o crédito das agências oficiais e os incentivos fiscais, que estimularam as decisões de investimento.

O novo sistema financeiro privado foi funcional no sentido de ampliar a oferta de crédito (capital de giro e consumo) e abrir oportunidades de valorização financeira dos capitais ociosos. Além disso, a expansão da atividade imobiliária urbana, o financiamento do consumo, da produção corrente, da acumulação de estoques e das ampliações marginais na capacidade produtiva das empresas, puderam ser acomodadas pelo sistema BNH (Banco Nacional da Habitação), as financeiras, os

Bancos Comerciais e de Investimento, que ampliaram o crédito disponível. Porém, o sistema financeiro privado não se revelou funcional para viabilizar o financiamento dos investimentos de longo prazo e, assim, da formação bruta de capital. Para tanto se teve de recorrer à política expansionista de crédito e às taxas de juros favorecidas das instituições públicas (BNDE, BNH, BB).

Os gastos públicos foram direcionados para o setor produtivo e para a melhoria da infraestrutura urbana, especialmente a construção civil. Por sua vez, o setor externo apresentou condições favoráveis à expansão da economia brasileira. Houve um boom sincronizado entre crescimento interno e externo. Constatou-se um aumento na liquidez do mercado financeiro internacional, a partir do desenvolvimento do mercado de eurodólares e a ampliação do investimento direto estrangeiro. Em contrapartida, a legislação criou mecanismos de estímulo ao endividamento externo⁸. A política cambial de “mididesvalorizações” - correções periódicas da cotação oficial do dólar em função das diferenças entre as inflações doméstica e estadunidense - estimulou a ampliação e diversificação das exportações. Com relação à dinâmica industrial, observou-se que, diferentemente do período anterior de expansão (1955-61), coube agora ao setor de bens de consumo duráveis a liderança do crescimento industrial, seguido do setor dos bens de capitais. O início do ciclo, entre 1967/70, deu-se com o aproveitamento da capacidade produtiva gerada no Plano de Metas e que estava ociosa. Somente entre 1970/73 que os investimentos irão se acelerar enquanto uma resposta ao crescimento da produção e consumo de bens duráveis. Não há uma inflexão da industrialização, no sentido de se corrigir os desequilíbrios estruturais da malha produtiva, avançando na internalização dos setores intensivos em capital e tecnologia. A base de expansão do setor de duráveis de consumo era restrita, de modo que não foi possível sustentar por muito tempo este novo ciclo expansivo. Explicita-se a forte dependência das decisões autônomas de gasto do Estado e das transnacionais. Torna-se cada vez mais fundamental o papel do in-

⁸ A Lei 4.131 (garantindo facilidades na contratação de empréstimos externos) e a Resolução 63 do BACEN (permitiu aos Bancos Comerciais, de Investimento e ao BNDE captar recursos externos e repassá-los internamente) fizeram a ponte entre a ampliação da liquidez externa com o aumento do crédito interno. Os empréstimos externos constituíram uma importante fonte de captação de recursos, dinamizando o novo sistema financeiro e evitando que o ciclo expansivo fosse restringido. Garantiu-se a capacidade para importar, minimizando-se os impactos recessivos sobre o balanço de pagamentos.

vestimento público na fixação de um piso para a taxa de crescimento global da indústria, sinalizando os limites de acumulação ao capital nacional e estrangeiro.

O quadro de reversão, já em 1973, é agravado pelo impacto da crise do petróleo e da crescente instabilidade financeira e cambial nos mercados internacionais, gerada pelo fim do arranjo cambial inaugurado com o Acordo de Bretton Woods. Mais uma vez, diante de restrições internas e externas, opta-se por não fazer um ajuste recessivo. Pelo contrário, decide-se aprofundar a industrialização pesada, alterar sua matriz energética – extremamente dependente do petróleo – e modernizar a infraestrutura. Como no Plano de Metas, a resposta criativa frente às vicissitudes veio na forma de um conjunto de investimentos capitaneados pelo Estado. Era o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do governo Geisel (1974-1979).

O II PND foi uma resposta industrializante à crise internacional. Ele foi concebido em meio a um processo embrionário de transição política, posto que o presidente Geisel ascendera ao poder com uma perspectiva de abertura política. Sucedia ao presidente Médici (1969-1973), cujo governo combinou o crescimento acelerado do “milagre” com o endurecimento do regime político. Se Geisel não sustentasse o sucesso econômico, que supostamente legitimaria o *status quo*, teria dificuldades em manter o apoio do *establishment* militar e civil ao seu governo, bem como promover a *détente* doméstica. Para completar o quadro, a oposição institucionalizada mostrava crescente força eleitoral. Neste contexto, a manutenção do crescimento acelerado também era um imperativo político (Bresser-Pereira, 2016; Linhares, 2016; Fausto, 2019).

Em sua concepção o plano tinha por objetivo central completar a malha industrial, avançando na internalização de setores industriais intensivos em capital (Castro, 1985: 37), particularmente: produtos químicos, papel e celulose, fertilizantes, siderurgia e metalurgia; além da infraestrutura básica, especialmente em energia. Para viabilizar esse pacote de investimentos procurou-se elaborar um esquema de financiamento que tinha por objetivo aproveitar as poupanças privadas voluntárias, direcionando-as do consumo para o investimento. Na prática isso não ocorreu. Utilizou-se a poupança compulsória (PIS-PASEP), direcionada para o sistema BNDE e que, junto com as fontes externas, garantiram o financiamento dos projetos de investimento, com juros normalmente subsidiados (porque fixados em patamares

inferiores à inflação). Além disso, as empresas estatais tiveram um papel central na realização dos investimentos, captando recursos no exterior, e sustentando a demanda corrente da indústria privada de bens de capital e bens intermediários através das compras governamentais⁹. Porém, já a partir de 1976 o Estado mostra-se incapaz de sustentar ritmos crescentes de gasto. Vê-se obrigado a adotar políticas anti-inflacionárias contracionistas, o que sinalizou para os agentes privados dificuldades para a absorção futura da produção, deprimindo as taxas correntes de investimento.

A dinâmica de crescimento do II PND foi marcada pela liderança do setor de construção civil – e não pela indústria – e dos serviços de utilidade pública, ambos impulsionados pelos investimentos governamentais, particularmente das empresas estatais. Dentro da indústria de transformação destacou-se o setor de bens de capital, que liderou o crescimento no período de 1973/76. A incapacidade de o Governo sustentar o mesmo volume de gastos, sancionando os investimentos privados pretéritos, gerou um efeito depressor sobre o crescimento industrial no período 1976/80. No início dos anos 1980, quando maturam os investimentos do II PND, verificou-se uma significativa economia de divisas, dada pela redução das importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas diversas, além de ampliação de exportações nestes mesmos segmentos. A partir do governo Geisel, o Estado brasileiro passou a ter uma inserção produtiva significativamente ampliada. São deste período os megaprojetos estatais nos sistemas Eletrobrás (Itaipu, Angra I e II etc.), Petrobras, Siderbrás e Telebrás, o Pró-Álcool, a construção da Ferrovia do Aço, a criação de novos polos petroquímicos (Triunfo, no Rio Grande do Sul, e Camaçari, na Bahia), para citar alguns.

Algumas evidências empíricas casuais permitem ilustrar as profundas transformações experimentadas na sociedade e na estrutura produtiva do Brasil no período em questão. Em 1940, a população urbana do país era de 13 milhões de pessoas ou 31% dos 41 milhões de brasileiros. Já a população rural seguia predominante: 28 milhões de pessoas (69% do total). Em 1985, 94 milhões de brasileiros viviam em cidades e 38 milhões residiam no campo. Em termos proporcionais a relação

⁹ Tal conexão fica clara quando se pensa na construção de grandes usinas hidroelétricas, como Itaipu, estradas, ferrovias, plantas petroquímicas, etc., que demandam expressivos volumes adicionais de ferro, aço, cimento, produtos químicos diversos, geradores, máquinas e equipamentos diversos, etc.

urbano-rural passou para 71% contra 29%. Portanto, o perfil social, econômico e político da sociedade se alterou radicalmente. A introdução das formas modernas de produção e de consumo em uma realidade marcada pela desigualdade na distribuição de renda, riqueza e oportunidades aprofundou várias das características herdadas do passado colonial e primário-exportador. Ao mesmo tempo, produziu novas realidades e conflitos.

Em 1949, a agricultura respondia por 24,9% da renda nacional, contra 26% da indústria, em 1979 esses números passam a 13,2% e 33,4%, respectivamente. Dentro da indústria de transformação, verificou-se a tendência de uma maior integração e maturidade da estrutura produtiva. Houve um crescimento na importância dos setores “modernos” (duráveis de consumo, bens de capital e bens intermediários) em detrimento dos setores “tradicionais” ou “leves” (bens de consumo não duráveis). Tais segmentos, que representavam 73% da produção industrial em 1949, passaram a responder por somente 34%, em 1980. No mesmo período, os duráveis de consumo pularam de 2,5% para 13,5%, os bens de capital de 4,3% para 14,7%, e os bens intermediários, de 20,4% para 37,4% (Serra, 1982: 59-60).

Conforme pode ser observado na tabela A1 (Apêndice), a estrutura industrial que emergia do final dos anos 1970 estaria caminhando a passos largos para ombrear-se às estruturas dos países mais avançados (Castro, 1985). Porém, no meio do caminho entre o desejado e o possível, a fronteira tecno-produtiva deslocou-se para frente com a “terceira revolução industrial”, que alterou sensivelmente os requisitos de modernidade produtiva, e ampliou-se o grau de internacionalização das diversas economias nacionais, ao que se passou denominar de globalização (Marconi et al., 2016; Naudé et al., 2016; Hiratuka e Sarti, 2017). Paralelamente, o padrão de financiamento da economia brasileira ruiu sob o impacto da crise internacional deflagrada por dois “choques exógenos” no final dos anos 1970: o segundo choque do petróleo e o choque de juros promovido por Paul Volcker, então chairman do Federal Reserve, o banco central dos EUA. As condições externas de financiamento se deterioraram rapidamente, o que comprometeu a estratégia de financiamento da economia brasileira. A partir do default mexicano de 1982, e sob o peso do seu próprio endividamento, o Brasil entraria em uma trajetória de elevada instabilidade macroeconômica e baixo crescimento.

No plano cultural, os meios de comunicação de massa passam a fazer parte da vida cotidiana, particularmente o rádio e a televisão (Novais, 1988; Calabre, 2009; Schwarcz e Starling, 2015). Essas duas plataformas se transformaram nos principais meios de difusão da produção cultural, com impactos importantes na formação de novos hábitos de consumo e senso estético. É deste período que cresce a influência do cinema hollywoodiano, do “Rock and roll” e da bossa nova, que não somente alteram os gostos musicais, como criam, aos moldes do que já ocorria nos países de alta renda, uma segmentação do público jovem. As revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, os *Gibis* e as *Fotonovelas* criaram novas estéticas editoriais e formas de representação da realidade social.

No interregno entre o fim era Vargas e o ciclo de governos militares foi marcante a emergência de novos movimentos estéticos, particularmente nos anos 1950, como a bossa nova, o cinema novo, a poesia concreta e novos grupos de teatro, especialmente o *Arena* e o *Oficina*. Ademais, há crescente politização nos meios culturais, onde vão se contrapondo os elementos de conformação de uma cultura de massas comercial e a utilização dos meios culturais como forma de luta política¹⁰. No plano institucional, em 1953 as áreas da educação e saúde são reestruturadas no governo federal e surgem o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1961 é criado o Conselho Nacional de Cultura como órgão diretamente vinculado à Presidência da República.

Entre 1964 e 1985, as ações estatais na área na cultura oscilam entre a busca de controle político das manifestações artísticas e a reestruturação da institucionalidade herdada do período anterior. A prática da censura prévia ganha força em analogia ao período do Estado Novo. Em paralelo são estruturadas políticas e insti-

¹⁰ Assim, por exemplo, a União Nacional dos Estudantes (UNE) criou o Centro Popular de Cultura, em 1962, que tinha por perspectiva o desenvolvimento da “arte popular e revolucionária” capaz de superar a alienação das massas, conforme indicado no seu manifesto inaugural, escrito pelo sociólogo Carlos Estevam Martins. Além deste, foram parte desta marcante iniciativa, artistas influentes como Oduvaldo Viana Filho, Leon Hirszman, Carlos Lyra, Edu Lobo, Nara Leão, Ruy Guerra, Sérgio Ricardo, Geraldo Vandré, Carlos Diegues, Ferreira Gullar, dentre outros. Detalhes em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Centro_Popular_de_Cultura, acesso em 04/12/2020

tuições de alcance nacional. O Conselho Federal de Cultura¹¹ abrigaria intelectuais importantes, como Ariano Suassuna, Clarival do Prado Valladares, Gilberto Freyre, João Guimarães Rosa, Rachel de Queiroz, dentre outros.

A partir de 1964, há, uma vez mais, um duplo movimento de busca de controle político das manifestações culturais, especialmente por meio da censura, e de construção ou reestruturação de instituições e políticas (Miceli, 1984; Rubim, 2007; Calabre, 2009). Assim, por exemplo, no governo do presidente Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967) foram criados: (i) o Conselho Federal de Cultura (1966), que elaborou planos para a área que não foram devidamente implementados; e (ii) o Instituto Nacional de Cinema (INC, 1966) que absorveu o Instituto Nacional de Cinema Educativo e tinha como objetivo formular e executar a política setorial de produção, importação, distribuição e exibição de filmes, bem como de sua promoção internacional.

A presidência de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) foi marcada pela elaboração do Plano de Ação Cultural (PAC). Esta política de fomento do MEC, então comandada pelo Ministro Jarbas Passarinho (1969-1973) foi gestada na Secretaria da Cultura e permitiu o financiamento e priorizou o setor de patrimônio e a promoção de atividades artísticas e culturais pelo país. Durante o governo do presidente Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) foram criados o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). A Embrafilme, criada em 1969, passou por importante reestruturação. O Plano Nacional de Cultura (PNC), lançado em 1976, definiu formalmente diretrizes para orientar a atuação do governo central na área da cultura, por meio da articulação de distintos Ministérios, órgãos vinculados, secretarias estaduais e municipais, fundações, universidades e instituições privadas. Nestes marcos, a FUNARTE foi criada para ser um dos órgãos executores dessas novas diretrizes políticas do governo.

¹¹ “Em 24 de novembro de 1966, por meio do Decreto-Lei n° 74, foi criado o Conselho Federal de Cultura, constituído, inicialmente, por 24 membros diretamente nomeados pelo Presidente da República. O CFC era dividido em quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas, patrimônio histórico e artístico nacional, possuindo também uma comissão de legislação e normas que funcionava como uma quinta câmara. O órgão tinha como princípio norteador de suas ações a institucionalização da área da cultura no campo da administração pública. O Conselho Federal de Cultura defendia a criação imediata de secretarias e conselhos de cultura no nível estadual. Segundo a avaliação dos conselheiros, esse processo tenderia a ser desdobrado também para o nível municipal de governo.” (Calabre, s/d, p. 2).

Ainda em 1976, foi promovido na cidade de Salvador o Encontro Nacional de Cultura, que reuniu Conselhos e Secretarias de cultura de todo o país, e outros órgãos deste segmento, com destaque para o TVE, a FUNARTE, o Arquivo Nacional, o MOBRAL, dentre outros. O Ministério das Relações Exteriores e a Unesco também participaram. Foram tratados temas estruturantes para os setores culturais, principalmente os aspectos relacionados à legislação vigente, a organização dos sistemas nacionais de arquivos, bibliotecas e museus, a defesa do patrimônio cultural e a questão regional. A preocupação na articulação entre os temas culturais e o projeto de desenvolvimento em um sentido mais amplo se expressa por meio da criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC, 1975), que não estava diretamente vinculado ao MEC. Em 1979 foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória, que incorporou o CNRC. O governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) procurou consolidar as linhas prévias de atuação do governo federal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo resgatou algumas das características mais gerais do processo de modernização da economia brasileira. Destacou-se que, entre as crises de 1929 (“A Grande Depressão”) e a de 1982 (“Crise da Dívida Externa”), o Brasil experimentou uma intensa mudança estrutural em sua economia e sociedade. O modelo agroexportador deu lugar a um padrão de crescimento baseado na industrialização e na urbanização, com uma atuação ativa do Estado na indução destas transformações. Em decorrência, a renda cresceu em um ritmo superior à média internacional e o país logrou constituir uma estrutura produtiva diversificada e integrada, baseada em uma indústria moderna – para os parâmetros então vigentes – e uma infraestrutura que fora capaz de integrar a nação em sua vasta base territorial. Na perspectiva dos anos 1970 o Brasil era um sucesso inequívoco.

Todavia, o crescimento acelerado não se traduziu na conformação de uma sociedade afluyente e com níveis mais elevados de desenvolvimento humano. As falhas do padrão de modernização do pós-guerra, se não eram plenamente reconhecidas pelos contemporâneos, já se faziam perceber em contornos cada vez mais nítidos, particularmente a partir dos anos 1980. Neste sentido, seria possível destacar: (i) a fragilidade do padrão de financiamento, manifesta na inflação crônica e nos problemas recorrentes de balanço de pagamento e endividamento externo; (ii) a baixa capacidade de gerar tecnologia a partir de esforços internos ao país; e (iii) a manutenção de um quadro estrutural de má distribuição de renda, poder e oportunidades. Neste sentido, o sucesso econômico não teria se traduzido plenamente em desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

Abreu, M. P. A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Adorno, T.; Horkheimer, M. Dialectic of Enlightenment. Stanford University Press, 2002.

Baldwin, R. The Great Convergence: Information Technology and the New Globalization. Belknap Press, 2016.

Bell, D. The Coming of Post-Industrial Society. New York: Harper Colophon Books, 1974.

Belluzzo, L. G. M.; Almeida, S. G. Depois da Queda – a Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Bonelli, R. Ensaio Sobre Política Econômica e Industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: SEN- AI-DEN/DITEC/DPEA/CIET, 1995.

Bresser-Pereira, L. C. A Construção Política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a independência. São Paulo: Editora 34, 2016.

Bresser-Pereira, L. C. et al. Developmental Macroeconomics: New Developmentalism as a Growth Strategy. London, Routledge, 2014.

Calabre, L. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

Calabre, L. Políticas e Conselhos de Cultura no Brasil: 1967-1970 (mimeo), S/D. Disponível em: <http://www.conselhosdecultura.ufba.br/pdf/Lia%20Calabre%20-%20Politicass.pdf>, acesso em 04/12/2020.

Castro, A. B., Souza, F. E. P. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

Cherif, R., Hasanov, F. The Return of the Policy That Shall Not Be Named: Principles of Industrial Policy. IMF Working Paper, 19/1974. Washington, DC: International Monetary Fund, 2019.

Cunningham, S. D. From cultural to creative industries: Theory, industry, and policy implications. Media International Australia Incorporating Culture and Policy, 102(1), pp. 54-65, 2002.

Cunningham, S. D. Hidden innovation: Policy, industry and the creative sector. Lexington Books, Lanham: MA, 2013.

DCMS. DCMS Sector Economic Estimates Methodology. London, Department of Culture, Media & Sports, United Kingdom Government, 2019.

Dieppe, A. Global Productivity: Trends, Drivers, and Policies. Washington, DC, World Bank, 2020. Dunning, J. H. Alliance Capitalism and Global Business. Routledge, 2014.

European Commission. Unlocking the potential of cultural and creative industries (Green paper). Brussels: European Commission, 2010.

Faoro, R. Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro. Porto Alegre/São Paulo: Globo/ EDUSP, 1975.

Fausto, B. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2019.

Fishlow, A. Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil. Estudos Econômicos, v.2, n.6, dezembro, p.7 – 75, 1972.

Flew, T. The Creative Industries: culture and policy. SAGE Publications, 2012.

Florida, R. (2002). *The Rise of the Creative Class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life*. New York: Perseus Book Group, 2002.

Franco, G. H. B. Auge e declínio do inflacionismo no Brasil. In: Giambiagi, F. et al (Org.). *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*, 1ª edição. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

Freyre, G. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

Furtado, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1984 (publicado originalmente em 1959).

Furtado, C. M. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

Furtado, C. M. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

Giambiagi, F. et al. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*, 2ª edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 2015.

Hallward-Driemeier, M.; Nayyar, G. *Trouble in the Making? The Future of Manufacturing-Led Development*. Washington, DC: The World Bank, 2018.

Harari, Y. N. *Sapiens: A Brief History of Humankind*. Harper, 2015.

Hausmann, R. et al. *The Atlas of Economic Complexity: Mapping Paths to Prosperity*. Cambridge: MIT Press, 2013.

Hiratuka, C.; Sarti, F. *Transformações na Estrutura Produtiva Global, Desindustrialização e Desenvolvimento Industrial no Brasil*. *Revista de Economia Política*, v. 37, n.1 (146), p. 189-207, 2017.

- Holanda, S.B. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- Howkins, J. The Creative Economy: how people make money from ideas. Penguin Business, 2001.
- Isaacson, W. Leonardo da Vinci. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2017.
- Jayme Jr, F., Crocco, M. (org.). Bancos públicos e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, IPEA, 2000.
- KEA. The Economy of Culture in Europe. Study prepared for the European Commission (Directorate-General for Education and Culture). Brussels: European Commission, 2006.
- Linhares, M Y. (org.) História Geral do Brasil, 10ª edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 2016.
- Maddison, A. Brazilian Development Experience from 1500 to 1929 (unpublished paper), 1992. Disponível em: <http://www.ggdc.net/maddison/oriindex.htm>, acesso em 01/10/2020.
- Maddison, A. Brazilian Economic Performance Since 1500: a comparative perspective (unpublished paper), 2000. Disponível em: <http://www.ggdc.net/maddison/oriindex.htm>, acesso em 01/10/2020.
- Maddison, A. Contours of the World Economy 1-2030 AD: Essays in Macro-Economic History. Oxford University Press, 2007.
- Marconi, N.; Rocha, I. I.; Magacho, G. R. Sectoral capabilities and productive structure: An input-output analysis of the key sectors of the Brazilian economy. Brazilian Journal of Political Economy, vol. 36, nº 3 (143), pp. 470-492, July-September/2016.
- Marcuse, H. Eros and Civilization. Beacon, 1955.
- Miceli, S (org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.

Milanovic, B. *Capitalism, Alone: The Future of the System That Rules the World*. Belknap Press, 2019.

Naudé, W., Szirmai, A., Haraguchi, N. *Structural transformation in Brazil, Russia, India, China and South Africa (BRICS)*, MERIT Working Papers 2016-016, United Nations University - Maastricht Economic and Social Research Institute on Innovation and Technology (MERIT), 2016.

Novais, F. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777/1808*. São Paulo: Hucitec, 1981.

Novais, F. A. (org). *História da vida privada no Brasil (volume 4)*. Companhia das Letras, 1988.

O'Connor, J. *The Cultural and Creative Industries: a literature review*. Creativity, Culture and Education, 2010 (second edition).

OECD. *How Was Life? Global Well-being since 1820*. Paris, Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 2014.

OECD. *How's Life? 2020 Measuring Well-being*. Paris, Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 2020.

Piketty, T. *Capital in the Twenty-First Century*. Belknap Press, 2014.

Piketty, T. *Capital and Ideology*. Belknap Press, 2020.

Prado Jr, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Martins, 1942.

Rowthorn, B.; Ramaswamy, R. *Deindustrialization: causes and consequences*. IMF Working Paper No. 97/42 April. Washington, DC: International Monetary Fund, 1997.

Rubim, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. Revista Galáxia, São Paulo, n. 13, p. 101-113, Jun. 2007.

Rubim, A. A. C. et al. (Org). Políticas culturais no governo Dilma. Salvador, EDUFBA, 2015.

Schwarcz, L. M.; Starling, H. M. Brasil: uma biografia, 2a. edição. Companhia das Letras, 2015.

Serra, J. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira no Pós-Guerra. In Belluzzo, L. G. M., Coutinho, R. Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise (vol. I). São Paulo: Brasiliense, 1982.

Smith, C. Creative Britain. London: Faber and Faber, 1998.

Stiglitz, J. People, Power, and Profits: Progressive Capitalism for an Age of Discontent. Allen Lane, 2019.

Suzigan, W. Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Tavares, M. C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, 9a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Thirlwall, A. P.; Pacheco-López, P. Economics of Development: Theory and Evidence 10th ed. Red Globe Press, 2017.

Throsby, D. Economics and Culture. Cambridge University Press, 2001.

Throsby, D. The Economics of Cultural Policy. Cambridge University Press, 2010.

Unctad. Creative Economic Report 2010. Creative Economy: A Feasible Development Option. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2010.

Unctad. Creative Economy Outlook: Trends in international trade in creative industries, 2002-2015. Geneva: the United Nations Conference on Trade and Development (Unctad), 2018.

Unesco Creative Economy Report 2013. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2013.

Unesco. Cultural times - The first global map of cultural and creative industries, December. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2015.

Unesco. Culture and Public Policy for Sustainable Development. Paris, the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco), 2019.

Unesco. Re/Shaping Cultural Policies. Paris, the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco), 2018.

Unesco. Understanding Creative Industries Cultural: statistics for public-policy making. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2006.

WMO. WMO Statement on the State of the Global Climate in 2019. Geneva, World Meteorological Organization, United Nations, 2020.

World Bank. World Development Report 2020: Trading for Development in the Age of Global Value Chains. Washington, DC, World Bank, 2020.

WTO. Global Value Chain Development Report 2019. Geneva, World Trade Organisation (WTO), 2019.

Zein-Elabdin, E. O. Economics, Culture and Development. Routledge, 2018.

Zöllner, F.; Nathan, J. Leonardo da Vinci: Complete Paintings and Drawings. Taschen, 2003.